DOI: https://doi.org/10.14295/revistadaesmesc.2025e488

A AUTORIA MEDIATA E A RESPONSABILIDADE PENAL DE JOHAN LIEBERT: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA E JURÍDICA DO MAL EM *MONSTER*

PERPETRATION BY MEANS AND THE CRIMINAL LIABILITY OF JOHAN LIEBERT: A PHILOSOPHICAL AND LEGAL ANALYSIS OF EVIL IN *MONSTER*

Lucas Schwalbe Gerardi[1]
Helena Liebl[2]

Resumo: O artigo tem como objetivo examinar as complexas relações entre o direito penal e a responsabilidade atribuída a indivíduos que operam por meio de manipulações psicológicas, utilizando Johan Liebert, da obra literária japonesa, Monster, como objeto de estudo. A metodologia consiste em revisão bibliográfica interdisciplinar, com base em autores do campo da filosofia, do direito e da sociologia. Iniciando pela abordagem filosófica do mal e seguindo para a responsabilidade moral e legal, o artigo procura investigar o limite do sistema penal atual para lidar com crimes imediatos, destacando as dificuldades em provar a autoria e a causalidade em situações de manipulação indireta. É discutida a inquietude entre o direito positivo e os desafios éticos impostos pelos agentes que transcendem o papel de autores materiais, questionando os fundamentos da imputação penal e da justiça. Por meio de uma reflexão que abrange contribuições de teóricos como Hans Kelsen, Immanuel Kant e Hannah Arendt, e referências normativas do direito brasileiro, o artigo propõe alternativas para expandir o alcance do direito penal em resposta a formas de criminalidade cada vez mais sofistica-

1. Graduando em Direito pela Faculdade IELUSC. *E-mail:* lsgerardi@gmail.com

2. Advogada. Mestre em Ciência Jurídica pela Univali. Master en Derecho Ambiental y Sostenibilidad pela Universidad de Alicante/Espanha. Doutoranda em Ciência Jurídica pela Univali. Professora do curso de Direito do IELUSC. *E-mail*: lieblhelena@gmail.com

das e sutis. Dentre os resultados oriundos da pesquisa, pode-se destacar a insuficiência jurídica tradicional no combate aos crimes que envolvem influência e manipulação de terceiros no ato praticado. Conclui-se que é necessária uma ampliação no debate penal, juntando elementos tanto éticos quanto filosóficos capazes de demonstrar formas de lidar com essas complexidades criminais.

Palavras-chave: Mal; responsabilidade; imputabilidade.

Abstract: This article aims to examine the complex relationships between criminal law and the responsibility attributed to individuals who operate through psychological manipulations, using Johan Liebert, from the Japanese literary work Monster, as the object of study. The methodology adopted consists of an interdisciplinary bibliographic review, based on authors from the fields of philosophy, law, and sociology. Starting with the philosophical approach to evil and following with issues of moral and legal responsibility, the article seeks to investigate the limits of the current criminal justice system in addressing immediate crimes, highlighting the difficulties in proving authorship and causality in cases of indirect manipulation. Moreover, it discusses the unease between positive law and the ethical challenges posed by agents who transcend the role of material perpetrators, questioning the foundations of criminal attribution and justice. Through a reflection that encompasses contributions from theorists such as Hans Kelsen, Immanuel Kant, and Hannah Arendt, and normative references from Brazilian law, the article proposes alternatives to expand the reach of criminal law in response to increasingly sophisticated and subtle forms of criminality. Among the findings from the research, the traditional legal insufficiency in combating crimes involving influence and manipulation of third parties in the commission of the act can be highlighted. It is concluded that a broader criminal debate is necessary, combining both ethical and philosophical elements to demonstrate ways of addressing these criminal complexities. Theoretical references from Hans Kelsen, Immanuel Kant, and Hannah Arendt underpin the reflection, together with Brazilian criminal law and the Constitution.

Keywords: Evil; responsability; imputability.

1 INTRODUÇÃO

Criado por Naoki Urasawa, o mangá, Monster, é amplamente conhecido como uma das mais importantes, complexas e emocionantes obras da literatura japonesa. O conto em estudo, explora de forma profunda questões como identidade filosófica, moral e a capacidade do ser humano em ser bom ou mau. Tudo isso está personificado na figura do personagem Johan Liebert, esse que, além de ser o antagonista central, é tratado em diversos momentos como a personificação do mal absoluto, bem como, um ser cujo os atos provocam um trabalhoso estudo a respeito da ética e da justiça.

No que diz respeito ao âmbito jurídico, os atos de Johan no decorrer da obra levantam questões extremamente fundamentais sobre a imputabilidade e a responsabilidade penal. Os seus terríveis crimes, que vão desde manipulação psicológica ativa e passiva, até assassinatos em massa, são cometidos com uma inigualável frieza e sociopatia, o que gera uma forte atenção sobre a essência do mal. Nesse sentido, será que Johan Liebert poderia ser considerado um resultado das suas circunstâncias, já que é marcado por experimentos infantis ilegais e pelo abandono, ou, um exemplo idôneo de um ser que exerce o mal apenas pela pura vontade?

O objetivo deste artigo é analisar o "mal" encarnado em Johan Liebert sob a perspectiva filosófica e jurídica. Sobre o ponto de vista jurídico, será analisado neste artigo, como os atos do Antagonista seriam compreendidos e julgados sob a ótica do direito penal, com o foco nas ideias de dolo, imputabilidade e premeditação. Já na perspectiva filosófica, serão analisadas teorias como o "Mal Radical", de Kant, e a "Banalidade do Mal", de Arendt, com a finalidade de entender se Johan se enquadra nessas ideias.

Com o estudo de Johan Liebert, não se está apenas investigando o que se passa na mente de um dos maiores vilões sociopatas e enigmáticos da ficção, mas também, se esbarra em dilemas éticos, morais e legais que superam o universo deste mangá. Por meio deste artigo, será possível pensar sobre a dinâmica entre a natureza do ser humano e as índoles

da justiça que tem como objetivo buscar uma forma para lidar com o "Mal" do homem em seus aspectos mais extremos.

A escolha da obra *Monster* como objeto de análise justifica-se por sua singularidade ao representar de forma simbólica dilemas éticos e jurídicos atemporais. A pesquisa adota como método a análise qualitativa e interpretativa, tomando o personagem Johan Liebert como estudo de caso ficcional para a reflexão sobre a autoria mediata e a imputabilidade penal. Assim, busca-se integrar fundamentos filosóficos e jurídicos, utilizando o suporte da dogmática penal para examinar como o direito reage diante de condutas que envolvem manipulação psíquica e domínio da vontade de terceiros. Essa abordagem interdisciplinar permite compreender a intersecção entre moralidade, liberdade e responsabilidade, dentro e fora da ficção.

2 O PERFIL DE JOHAN LIEBERT

O antagonista da obra literária japonesa, Johan Liebert, é sem dúvidas uma das criações mais complexas, enigmáticas e perturbadoras da literatura gráfica, o seu entrecho não apresenta apenas um simples vilão, mas sim, a perfeita personificação do mal absoluto em sua essência. Ao longo da trama, existe a todo momento, uma constante e meticulosa construção de Johan como personagem, isso acaba por permitir que seja possível realizar uma análise multifacetada e rica sobre a preparação de sua identidade, suas escolhas e traumas. Este tópico tem como objetivo, examinar o perfil de Johan Liebert em suas três dimensões principais, sua construção psicológica, a influência dos eventos de sua infância e o livre arbítrio nas suas ações.

2.1 Construção psicológica e sociológica

Ao decorrer da trama, Johan, apresenta particularidades bastante comuns em psicopatas: a manipulação constante, a falta de empatia e uma capacidade impressionante de orquestrar seus atos malignos. Contudo, o personagem vai muito além do estereótipo de psicopata, uma vez que,

a sua abordagem indireta, no que tange a manipulação de terceiros para que os mesmos cometam atrocidades em seu lugar, reflete uma inigualável percepção das fragilidades humanas e sua capacidade de explorá-las. Johan, nunca se limitou apenas a agir de forma maligna, ele sempre demonstra a capacidade de inspirar o mal em outros seres humanos "normais", agindo como uma espécie de catalisador de calamidades que age no intuito de expor o pior das pessoas ao seu redor.

Sob a perspectiva sociológica, pode-se colocar Johan como um produto de sistemas autocráticos que atuaram na desumanização e objetificação dos indivíduos. Foi introduzido no episódio 12 da primeira temporada da versão animada da obra, um programa governamental secreto fictício chamado *Kinderheim*511*,* no qual Johan Liebert foi submetido arbitrariamente a constantes experimentos psicológicos em sua infância, experimentos esses que tinham como função a criação de soldados/espiões desprovidos de qualquer tipo de moralidade ou ética, tendo como único objetivo a obediência total aos seus superiores, tornando-o uma espécie de "máquina humana". Esse cenário traumático não apenas moldou o caráter de Johan, mas também acabou por levantar questionamentos sobre o papel do ambiente no desenvolvimento de psicopatologias.

Johan é notável também por sua incrível habilidade em se camuflar na sociedade. Ele tem uma predisposição a assumir os mais diversos papéis e identidades de forma natural, como foi o caso do final do episódio 5 da primeira temporada em que o mesmo se passou com um estudante de direito em uma universidade renomada da Alemanha. Essa característica social o torna uma ameaça, porque, além de manipular os outros, ele pode facilmente se integrar e dissolver qualquer tipo de grupo ou amizade estabelecida por ele anteriormente, tudo de acordo com o contexto, independentemente de razões morais.

Apesar disso, em adverso dos outros "camaleões sociais", o antagonista não se utiliza dessas habilidades para ganhos pessoais convencionais, como ascensão pessoal ou profissional, como estamos acostumados. Seus objetivos vão muito além, se tratam de ganhos apenas destrutíveis, baseado inclusive numa visão niilista da sociedade. Johan

nunca buscou riqueza, reconhecimento ou poder, muito pelo contrário, Liebert a todo momento parece querer apagar sua existência e levar consigo todos aqueles por onde ele passa. Esses pontos explanados o diferenciam de outros antagonistas fictícios, que buscam em sua maioria objetivos puramente egoístas, passando a se posicionar como alguém que busca abraçar o caos como um fim em si mesmo.

No que diz respeito ao ponto de vista puramente sociológico, Johan reflete muito sobre o impacto do isolamento moral e emocional. Apesar de sua capacidade de manipular e interagir com outras pessoas, ele sempre permanece visceralmente desconectado. A sua constante falta de laços emocionais genuínos não é somente um reflexo do seu trauma, mas também, uma crítica ao tipo de sociedade que não se atenta ao reconhecimento e proteção de vulneráveis. No próprio Johan, podemos observar a consequência final de um sistema que negligenciou o bem estar emocional em nome de objetivos utilitários, como o que aconteceu no experimento *Kinderheim* 511, citado anteriormente.

O contexto sociológico apresentado abre portas para que sejam feitas comparações com obras literárias como O Senhor das Moscas, de William Golding (Golding, 2021), que narra em sua obra a forma como o ambiente pode levar a desumanização do homem. Johan passa a simbolizar o extremo dessa desumanização tratada por Golding, passando a trabalhar como uma lembrança dos riscos de um local que cultiva ao longo do tempo a violência e a carência de empatia.

Ademais, a habilidade construída pelo antagonista, no que diz respeito a manipulação excessiva e a destruição que isso causa, levanta questionamentos sobre a responsabilidade da própria sociedade como um todo na criação de monstros. Qual seria o limite de Johan como um produto do ambiente opressivo que ele nasceu, e até onde vai sua responsabilidade individual? Essa inquietação entre a responsabilidade coletiva e individual, sem dúvidas, é um dos aspectos mais fascinantes do seu personagem.

Concluindo, ao longo da obra, pode-se observar que Johan é constantemente apresentado como uma crítica à ideia do mal como algo inerente e imutável. Ele abraça a narrativa de que o mal pode sim ser

cultivado nas condições mais específicas, e nos força a pensar se, de alguma forma, ele poderia ter algum tipo de redenção. Esse multifacetado conceito torna todos os questionamentos apresentados muito inquietantes, visto que, inexistem respostas prontas para tudo aquilo que ele representa como ser humano. O homem, ao tentar erradicar o mal de forma absoluta, falha em identificar a raiz do problema, dessa forma, contribuindo para o contínuo ciclo de violência sem fim.

2.2 O livre arbítrio e a formação de sua personalidade

Um dos maiores dilemas de Johan, é o debate sobre o livre arbítrio e autonomia da vontade. A liberdade como a autonomia de quebrar qualquer forma de dependência é apenas uma visão negativa da liberdade (Vaz Trapp, 2019). Como o mesmo age de forma consciente e calculada, restam dúvidas sobre a liberdade de suas ações, será que suas escolhas são de fato livres? Ou elas foram formadas por causa de sua infância altamente traumática? Essas perguntas são cruciais para a filosofia e o direito penal, uma vez que, elas envolvem debates sobre a responsabilidade individual do personagem.

Por um lado, é possível argumentar que Johan foi condicionado a ser quem ele é, porém, por outro, a sua capacidade de planejamento e execução em plena consciência, aponta para uma inclinação aparentemente voluntária a abraçar o mal. Isso se evidencia em diversos momentos em que o antagonista, por influência externa ou não, muda seu caminho, mais especificamente, sua forma de agir.

A título de curiosidade, Johan não demonstra em momento algum qualquer tipo de prazer ou arrependimento em suas ações, o diferenciando da maioria dos vilões que buscam apenas gratificação pessoal, como Sauron, de O Senhor dos Anéis(Tolkien, 1954). Ao invés disso, ele demonstra um vil interesse na visão niilista, onde os seres humanos são ausentes de valor e todos são igualmente descartáveis, fazendo alusão a icônica frase: “Talvez haja um monstro aqui… ou apenas nós”. (Golding, p. 319, 2021).

2.3 Johan no Direito Penal: imputabilidade e responsabilidade

No âmbito jurídico, a análise de Johan também é igualmente complexa. Nos sistemas penais que reconhecem a inimputabilidade, como o vigente no Brasil, a capacidade dele de discernir o certo do errado seria amplamente questionada. Estabelece o artigo 26 do código penal o seguinte texto:

> Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (Brasil, 1984).

Diante disso, fica claro que, aqueles que não possuem capacidade plena de entendimento sobre a ilicitude, seja por doença mental ou atraso cognitivo, do ato praticado, não podem ser responsabilizados penalmente. Como explicam Moura e Feguri*apud* Bitencourt, (2008b, p. 107), é de suma importância que o "sistema jurídico brasileiro considere a distinção entre o criminoso comum do psicopata, uma vez que, conforme o artigo 26, § único, do Código Penal, apresenta uma imputabilidade diminuída, de modo que, gera uma vantagem aos sujeitos psicopatas". Contudo, o personagem demonstra a todo tempo, um claro entendimento das consequências de seus atos criminosos, isso é visto a partir do ponto que Johan planeja detalhadamente cada uma de suas ações, essa tese afastaria a hipótese de imputabilidade num primeiro momento. Ele demonstra em conjunto o dolo, ou seja, a vontade plena e consciente de colocar em pratica o crime e alcançar seu resultado. Seguindo essa lógica, ele seria considerado por todos os tribunais brasileiros, plenamente imputável.

A conduta de Johan pode ser compreendida à luz do conceito de autoria mediata, segundo o qual o agente realiza o crime por intermédio de outro, que atua como instrumento de sua vontade. Conforme ensina Cezar Roberto Bitencourt (2008), há autoria mediata quando o autor possui o domínio do fato, ainda que não pratique o ato materialmente, utilizando-se de outro sujeito que carece de plena autodeterminação.

Essa construção doutrinária revela-se útil para interpretar a posição de Johan, que exerce controle psicológico e emocional sobre os executores, determinando o resultado final sem envolver-se diretamente na ação criminosa.

Situações semelhantes são reconhecidas na jurisprudência penal quando líderes de organizações criminosas, manipuladores de seitas ou superiores hierárquicos induzem subordinados à prática de crimes, mantendo o domínio intelectual do fato. O domínio psicológico de Johan reproduz essa estrutura de poder, pois suas vítimas atuam movidas por uma vontade alheia. Essa perspectiva reforça que a responsabilidade penal não pode se restringir ao agente material, devendo alcançar quem manipula e determina a ação de outrem, mesmo sem contato físico com o crime.

Além do mais, o antagonista poderia também ser enquadrado em crimes como genocídio e crimes contra a humanidade, dado o impacto de seus atos em comunidades inteiras. Sobre o aspecto do julgamento do Tribunal Penal Internacional, à luz do caso Germain Katanga, informado pela *Coalition for the International Criminal Court* (2014?), o ex líder rebelde foi condenado por esse mesmo tribunal pela coautoria indireta no massacre de Bogoro, na República Democrática do Congo, em 2003. Por esse motivo, é bastante provável que fosse reconhecida a responsabilidade individual, bem como as condições sistêmicas que contribuíram para a realização desses atos a Johan. Muito provavelmente, abrindo discussões sobre o papel de *Kinderheim*511 na sua formação.

3 JOHAN LIEBERT E A FILOSOFIA DO MAL

Como personagem central da trama de Monster, Johan transcende a ideia tradicionalista de vilania. Ele personifica o mal em sua forma mais perturbadora: racional, sutil e inevitável. A análise filosófica de Johan exige um profundo mergulho nas teorias do mal, tratando tanto da perspectiva clássica, quanto das interpretações contemporâneas. Esse tópico tem como objetivo principal examinar o antagonista, e notar como o

mesmo desafia e até incorpora os conceitos do mal radical de Kant e a banalidade do mal de Hannah Arendt.

3.1 O mal radical de Kant

Immanuel Kant, em seu livro Religião nos Limites da Simples Razão (Kant, 2007) introduz para a filosofia o conceito do mal radical como uma inclinação inata do ser humano, ou seja, todos têm dentro de si mesmos a capacidade de nos tornarmos o próprio "Monster", o que acaba levando o homem a desobedecer aos imperativos categóricos conscientes em cada indivíduo. Esses imperativos citados, são a muito tempo os pilares da moralidade universal, vindo dessa ideia, o famoso ditado: "não faça aos outros aquilo que você não gostaria que fizessem com você". Porém, Kant, ao reconhecer a complexidade da liberdade humana, percebe que é possível a livre escolha de ignorar tais preceitos, priorizando assim os interesses pessoais em detrimento da própria ordem moral (Kant, 2007). Johan Liebert, no entanto, aduz essa capacidade humana de se afastar da moralidade deliberadamente, o fazendo de forma perturbadora, visto que, seu objetivo se diverge da maioria ao buscar a desconstrução da noção de moralidade ao invés da preservação pessoal (Urasawa, 2020).

Johan mais uma vez desafia toda a estrutura Kantiana do mal radical, ele eleva sua prática a um nível filosófico, não agindo por impulsos, fraquezas da vontade ou interesses egoístas. Suas ações ao longo da trama demonstram uma integral rejeição aos imperativos categóricos que servem como guia para nós em nossa conduta humana. No tempo que o mal radical kantiano é interpretado apenas como uma falha ética individual, Johan teve a capacidade de o transformar num princípio absoluto negativo de como agir. Em suas falas, Johan aparenta afirmar que o bem e o mal são construções meramente efêmeras (Urasawa, 2020).

Um exemplo marcante é sua capacidade de manipular pessoas e situações de modo a induzir os outros a cometerem atrocidades (Urasawa, 2020). Johan, em um dado momento da obra, conseguiu manipular as circunstâncias e pensamentos de um detetive que o investigava, contri-

buindo ativamente para o seu futuro suicídio (Urasawa, 2020). O personagem explora de forma perfeita o que Kant chamaria de "fraquezas da vontade humana", se utilizando delas para corroer a moral dos grupos ao seu redor. Toda essa manipulação revela a essência daquilo que chamamos de mal radical: a escolha consciente e "natural" de agir contra a dignidade humana.

Ademais, a ideia kantiana da autonomia também é subvertida por Johan. Kant em suas obras, defende que a verdadeira liberdade reside na submissão da vontade individual às leis morais universais, ideal esse que Johan destrói. Ele redefine a ideia de liberdade com o objetivo de justificar seus atos contra a ética e a moral, tornando-se um exemplo de como os imperativos categóricos podem ser diferentemente interpretados. Desse modo, Johan não se restringe a ser apenas um praticante do mal radical, mas também, a sua personificação mais intelectualizada e extrema.

3.2 A banalidade do mal e a influência em outros personagens

Hannah Arendt, na obra Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal, (Arendt, 2017), traz à tona o argumento de que o mal não necessariamente é praticado por monstros ou pessoas cruéis, mas também por indivíduos que agem sem reflexão moral (Arendt, 2017). Adolf Eichmann, um ex oficial nazista, cuja sua conduta serviu de inspiração para seu conceito, não era um fanático, ele simplesmente vivia cumprindo ordens de forma burocrática, ignorando quaisquer impactos ao ser humano (Arendt, 2017). Johan Liebert, mais uma vez, ressignifica essa banalidade ao atuar como um catalisador do mal, chegando a transformar pessoas consideradas comuns, em instrumentos de destruição em massa.

Johan explora em vários momentos a banalidade do mal de maneira ativa, arquitetando situações em que outros, sem plena consciência, acabam por cometer atrocidades (Urasawa, 2020). Isso ocorre não por essas pessoas serem más, mas sim porque Johan manipula suas escolhas e circunstâncias, apagando os resquícios de qualquer reflexão ética. Um

exemplo prático é a forma como ele interage com pessoas emocionalmente frágeis, moldando-as como ferramentas de violência e até mesmo, suicídio. Essa abordagem demonstra não apenas o poder e alcance de sua influência, mas também a exposição da vulnerabilidade humana.

Arendt, em sua obra, desenvolve a ideia de que a banalidade do mal depende de um estado de pensamento irreflexivo e que o mal extremo só pode ser compreendido em termos de pensamento extremo e, em geral, não é realizado por homens extremos, mas por homens comuns (Arendt, 2017). Johan passa a amplificar essa reflexão, à medida que passa a operar como o pensador extremo, que cria sistemas onde os homens comuns realizam o que nós consideramos como impensável (Urasawa, 2020). Ele não apenas explora o conformismo, mas também, o instiga, provando que, sob as circunstâncias certas, qualquer um poderia ser cúmplice do mal.

Além disso, Johan obriga uma reflexão sobre a responsabilidade moral nos atos de seus cúmplices. Até que ponto um indivíduo sob a manipulação de Johan é responsável por seus atos? Arendt afirma que todo pensamento é um tipo de defesa contra a banalidade do mal, pois somente ela permite que seja realizada uma análise crítica das ações (Arendt, 2017). No entanto, mais uma vez, Johan desativa essa defesa, passando a explorar as fraquezas emocionais e sociais de suas vítimas. Ele chega, inclusive, a criar um ambiente onde a reflexão ética é suprimida pela necessidade de sobrevivência ou por sentimentos de desespero (Urasawa, 2020).

Contudo, Johan subverte a ideia de que o mal banal seria resultado de uma falta de compreensão e pensamento crítico. Seus atos demonstram que esse mal pode ser induzido de forma sistemática, e sua construção, feita de forma intencional para expor a fragilidade da moralidade humana. Assim sendo, ele não apenas se contenta em ser um participante do mal banal, ele é seu arquiteto, transformando todo o ensinamento de Arendt em uma simples forma de manipulação calculada. Essa perspectiva nos força uma reavaliação das estruturas sociais e psicológicas, à medida que, elas podem ser instrumentalizadas para normalizar o mal, mesmo em seres humanos que, de forma isolada, não o cometeriam.

Por fim, as reflexões filosóficas sobre o mal, ao desvelarem a tensão entre liberdade e moralidade, abrem espaço para uma análise dogmática mais profunda sobre a responsabilidade penal. A figura de Johan Liebert, enquanto síntese do mal racionalizado, permite transpor a discussão teórica para o campo do direito, em especial no que tange à autoria mediata e à imputabilidade. Assim, o debate filosófico não se encerra em si mesmo, mas serve de fundamento para compreender como o sistema penal pode ou não responder àqueles que praticam o mal por meio de terceiros, desafiando os limites tradicionais da culpa e do dolo.

4 A IMPUNIDADE DE JOHAN E O SISTEMA JURÍDICO: UM DEBATE ÉTICO E FILOSÓFICO

A impunidade de Johan Liebert, demonstrada em Monster, suscita diversas questões éticas e jurídicas que desafiam a plena capacidade dos sistemas de justiça em lidar com pessoas malignas cujo o alcance de seus atos transcendem os limites tradicionais dos crimes. Johan sempre foi mais do que um criminoso, ele é um manipulador, que possui a habilidade de ocultar sua identidade e intenções, fazendo com que o mesmo seja quase intangível juridicamente. Esse tópico irá buscar explorar as implicações dessa impunidade na área da filosofia e do direito e ética penal.

4.1 A falibilidade do direito positivo frente ao mal radical

O direito positivo, conforme descrito por Hans Kelsen, em sua obra Teoria Pura do Direito (Kelsen, 2009), se baseia na formação de normas que regulam a nossa conduta como ser humano em sociedade, com a cabível punição aos atos contrários às normas. O sistema jurídico contemporâneo parte do pressuposto de que os crimes devem ser identificados e imputados aos agentes responsáveis, mas Johan desafia essa premissa. A sua assustadora habilidade de manipular outros seres humanos para o cometimento de crimes em seu lugar o coloca em uma posição de catalisador, não como um executor direto, isso acaba por dificultar a aplicação do direito penal no âmbito da culpa e dolo.

A impunidade de Johan reflete a restrição do direito positivo em tratar de situações em que a autoria moral do crime é evidente, porém, a autoria material passa a ser fragmentada entre numerosas mãos. Isso acaba por alinhar ao pensamento do renomado sociólogo, Niklas Luhmann, vê o sistema jurídico como algo autopoético, ou seja, fechado por suas próprias operações sendo incapaz de lidar com suas consequências que não se enquadram no que é normal (Luhmann, 1984). Johan está fora desse sistema, ele explora as brechas do sistema na intenção de perpetuar o seu terror pelo mundo.

Além disso, a fragmentação da responsabilidade, característica principal das ações de Johan, demonstra a dificuldade substancial na aplicabilidade do Direito Penal. Por se portar como algum tipo de maestro do mal, Johan separa a sua culpa das pessoas manipuladas por ele. Essa estratégia utilizada pelo antagonista, demonstra a necessidade de dependências de provas concretas no direito positivo, e como isso cria um estado de fragilidade, pensando no sentido de que os criminosos poderiam agir de forma indireta nos resultados de crimes. Esse direito acaba por ficar preso a um dilema: como responsabilizar alguém que não age com suas próprias mãos, mas cuja influência é evidente?

Diante disso, é importante salientar que, a análise de Kant sobre o mal radical, que foi responsável por ressaltar a capacidade humana de acabar escolhendo o mal em detrimento do bem, nos fornece um interessante contraste com o positivismo de Kelsen. Enquanto um separa o direito das considerações morais, o outro passa a reconhecer as questões éticas e morais como um pilar fundamental para entender o comportamento humano. A falha do sistema de justiça em punir Johan não é por si só, normativa, mas também, filosófica. Ela reflete a ignorância de uma análise mais profunda sobre a natureza do homem e do mal e suas manifestações. Essa limitada observação deixa ainda mais evidente a necessidade de juntar as perspectivas éticas ao direito, não focando apenas naquilo que está redigido na lei.

A análise demonstra que o direito positivo, ao priorizar a materialidade da ação, ainda carece de instrumentos dogmáticos para lidar com crimes de autoria intelectual e psicológica. A tipificação da autoria

mediata precisa ser acompanhada por uma ampliação interpretativa do dolo e da culpabilidade, de modo a incluir o domínio da vontade de outrem como forma de execução indireta. A integração entre filosofia moral e direito penal, portanto, não é mero exercício teórico, mas uma exigência prática para compreender novos modelos de criminalidade que se utilizam da manipulação como meio de ação.

4.2 Justiça retributiva e a inadequação do castigo

A justiça retributiva é uma teoria ética e jurídica que defende que a punição deve ser aplicada como uma resposta moral ao crime cometido, buscando restabelecer a ordem violada pelo ato ilícito. Segundo essa perspectiva, o castigo não deve ter como objetivo principal a prevenção ou a reintegração social, mas sim retribuir de forma justa e proporcional o mal causado, reconhecendo a dignidade da vítima e reafirmando os valores morais da sociedade. Essa ideia sustenta que a punição é um dever moral, cuja legitimidade deriva da justa correspondência entre o ato criminoso e a sanção imposta. Conforme explica a autora Juliane Scariot em seu artigo:

> Já a sanção retributiva, cujo fim é retribuir proporcionalmente a ação má, é atividade de Deus. Destarte, nota-se que no referido sistema kantiano há plena compatibilidade entre o fim preventivo e o retributivo da punição, pois cada fim corresponde a uma instância sancionadora distinta (Scariot, 2011, p. 1).

Por meio do exposto, denota-se que o objetivo da punição deve ser a de reafirmar a dignidade humana como forma de devolver a ordem moral anteriormente violada. No entanto, Johan novamente passa a desafiar a aplicabilidade dessa teoria, gerando o intrigante questionamento: qual seria a punição cabível para alguém tão terrível como ele?

No entanto, Kant, ao dar a ideia de que, mesmo que a nossa sociedade esteja a ponto de colapsar, o último ato de justiça deve ser e será a execução do último criminoso (Kant, 2003). Porém, essa lógica é um tanto problemática quando se reflete mais uma vez sobre o caso de Johan, cujas punições tradicionais se demonstram insuficientes diante

do tamanho ser maligno que ele é. Johan teve a capacidade de encarnar o mal de forma tão profunda, que se torna quase que impossível encontrar um castigo retributivo que estivesse de acordo com suas condutas.

Além do exposto, a falta de remorso ou motivos considerados por muitos como, tradicionais, acaba por complicar a percepção geral daquilo que chamamos de justiça. Diferentemente de criminosos comuns, cujo castigo é visto como uma forma de reabilitação, Johan pode ser usado como um exemplo de um mal irredimível. Ele não age por ganância, vingança ou ignorância, mas sim, pela negação total dos nossos valores. Assim, sua punição não teria como ser o suficiente para restaurar o equilíbrio da moralidade, restando apenas uma vaga sensação de justiça.

4.3 Justiça preventiva e o papel da ética no direito penal

A justiça preventiva, fundamentada pelas teorias de Jeremy Bentham, tem como objetivo, evitar futuros danos à sociedade, muitas das vezes justificando intervenções preventivas para evitar o acontecimento do crime. Essa abordagem tem como objetivo defender o bem estar coletivo da sociedade por meio de estratégias que buscam desincentivar os comportamentos nocivos. A lógica subentendida à justiça preventiva é a de que o sofrimento que a punição causa é justificado se ele resultar numa futura prevenção de um mal maior, ou seja, na redução da criminalidade. Porém, Johan contorna os mecanismos de prevenção ao se camuflar como um indivíduo acima de qualquer suspeita, manipulando suas vítimas para que pareçam os verdadeiros agentes do crime.

Esse aspecto reflete a dificuldade do sistema penal em lidar com criminosos que desafiam a previsibilidade de suas ações. Johan não segue padrões; suas ações são calculadas para confundir investigadores e desviar a atenção. Isso ressalta a necessidade de incorporar considerações éticas ao direito penal, reconhecendo que a prevenção não pode ser limitada à análise de padrões, mas deve incluir uma compreensão mais profunda da psicologia e das intenções por trás do comportamento criminoso.

A atuação de Johan desafia também a eficiência da pena como medida e instrumento de proteção do coletivo. A ideia de que punições claras e proporcionais possam evitar condutas criminosas mostra-se insuficiente para lidar com autores como ele. O seu desprezo pelos valores morais e éticos tradicionais e suas motivações complexas colocam-no fora do alcance das penas definidas como comuns, tornando ineficiente toda e qualquer tentativa de "convertê-lo" por meio de uma punição

A teoria utilitarista apresentada também por Jeremy Bentham propõe que a pena deve somente ser aplicada quando for possível obter dela um fim socialmente útil. Em seus textos, punir apenas por punir é um contrassenso, já que "o sofrimento causado por uma sanção penal só deveria ser justificado nas hipóteses em que os efeitos benéficos superarem os danos produzidos" (Bentham, 1974, p. 64). Bentham trabalha em casos em que a punição não se mostra adequada, como quando ela não gera qualquer benefício prático, por exemplo, quando o crime já é irreversível e não há como impedir novos danos por meio da sanção, ou ainda quando os custos da punição são excessivos diante de sua eficácia.

Nessa perspectiva, "a punição deve ser descartada nas situações que se mostre inútil, ineficiente, desproporcional ou impraticável. O sistema de justiça, portanto, precisa operar com racionalidade, evitando decisões que causem sofrimento desnecessário ao indivíduo sem um ganho real para o coletivo" (Bentham, 1974, p. 64). Essa ideia ganha especial relevância diante de personagens como Johan Liebert, cuja complexidade psicológica e manipulação indireta dos atos criminosos desafiam a efetividade do sistema penal tradicional. Em casos assim, surge a dúvida: é legítimo punir um indivíduo que, embora não execute materialmente os crimes, age como vetor intelectual e moral deles? Para Bentham, se a punição não for capaz de atingir seu propósito de prevenção ou reparação, sua aplicação deve ser repensada.

Ainda segundo a lógica utilitarista, o direito penal não pode se prestar a satisfazer um desejo de vingança ou cumprir meramente uma função simbólica. Para Bentham, isso comprometeria a racionalidade do sistema e o transformaria em um mecanismo de violência estatal arbitrária.

O castigo, para ser legítimo, deve ter como finalidade exclusiva a maximização do bem-estar coletivo, seja pela prevenção geral, que busca desestimular os cidadãos em geral a cometer crimes, seja pela prevenção especial, que objetiva neutralizar o criminoso específico (Bentham, 1974). No entanto, figuras como Johan, que rejeitam os valores sociais comuns e não respondem a estímulos punitivos tradicionais, colocam em xeque a real capacidade preventiva da pena.

A punição de um agente como Johan talvez não satisfaça nenhum dos critérios propostos por Bentham: ela não o reeducaria, não serviria de exemplo para pessoas com motivações tão anômalas quanto as dele e, tampouco, repararia as vítimas, cujos danos já foram consumados. Além disso, o grau de sofisticação de suas manipulações morais fragmenta a cadeia de responsabilidade, transferindo a execução dos atos a terceiros. Diante disso, surge o impasse: punir Johan pode ter uma função moral ou simbólica para a sociedade, mas não necessariamente utilitária no sentido estrito. O sistema jurídico, quando confrontado com uma mente como a dele, acaba por revelar seus próprios limites operacionais e éticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da responsabilidade penal e social de personagens como Johan Liebert, permite uma profunda reflexão no que diz respeito às limitações da atualidade do direito penal em combater crimes de autoria mediata e manipulação psicológica. Através da exploração entre a responsabilidade individual e social, este artigo revelou que o direito penal tradicional, por se basear quase que apenas em provas materiais e no conceito clássico de causalidade, encontra obstáculos significativos para tratar com aberrações como Johan, que operam de forma indireta e sutil.

Embora o sistema jurídico brasileiro seja completo em suas normas e princípios, como a Constituição Federal e o Código Penal, a aplicação dessas leis enfrenta problemas ao tentar se adaptar a novas formas de criminalidade, particularmente aquelas que não envolvem uma conexão

direta e visível entre o agente e o ato ilícito. A responsabilidade social, que deve ser compreendida em uma dimensão mais ampla, exige uma revisão crítica do modelo penal atual, com vistas a uma abordagem mais dinâmica e atenta às complexidades das relações humanas.

A partir da análise, conclui-se que Johan Liebert representa uma hipótese extrema de autoria mediata, pois exerce domínio psicológico absoluto sobre as condutas alheias, eliminando a autodeterminação dos executores. Tal hipótese desafia os limites do conceito penal de imputabilidade, evidenciando a necessidade de atualização dogmática frente a fenômenos de manipulação complexa, inclusive fora da ficção.

Em última instância, a evolução do direito penal em relação a essas questões não só ampliaria a eficácia da justiça, mas também fortaleceria a proteção da dignidade humana e a integridade social, elementos fundamentais para a preservação da ordem pública em um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um estudo sobre a banalidade do mal. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BENTHAM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. *In*: BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart. **Os pensadores**: Ética utilitarista. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Disponível em: https://archive.org/details/os-pensadores-34-bentham-stuart-mill/page/64/mode/2up. Acesso em: 03 jun. 2025.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7209.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

COALITION FOR THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Germain Katanga**. [2014?]. Disponível em: https://www.coalitionfortheicc.org/cases/germain-katanga. Acesso em: 15 maio 2025.

CORREIA, Adriano. O conceito de mal radical. **Trans/Form/Ação**, v. 28, p. 83-94, 2005.

GOLDING, William. **O Senhor das Moscas**. Tradução de Sérgio Flaksman. Alfaguara, 2021.

KANT, Immanuel. **Religião nos limites da simples razão**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Abril, 2007.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme**: Grundriß Einer Allgemeinen Theorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

MOURA, Juliana Gonçalves; FEGURI, Fernanda Eloise Schmidt Ferreira. Imputabilidade penal dos psicopatas à luz do código penal Brasileiro. **Semin**ário**: Ciências Sociais e Humanas**, v. 33, n. 2, p. 203-216, 2012.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas**: o psicopata mora ao lado. Globo Livros, 2014.

SCARIOT, Juliane. As finalidades da punição nas Lições de Ética de Kant. *In*: II Congresso Internacional de Filosofia Moral e Política, 2011, Pelotas. **Anais do II Congresso Internacional de Filosofia Moral e Política**. Pelotas: UFPel, 2011. v. 1.

TOLKIEN, J. R. R. **O Senhor dos Anéis**:A Sociedade do Anel. Tradução de Ronald Kyrmse. São Paulo: HarperCollins Brasil, 2019.

URASAWA, Naoki. **Monster**. Edição kanzenban. Tradução de Maria Cristina Sales Rocha. São Paulo: Panini, 2020. 9 v.

VAZ TRAPP, Rogério. A autonomia da vontade em Kant. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 3, p. 197-210, 2019.

Recebido em: 04/09/2025
Aprovado em: 07/10/2025